

A NÃO CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL: OS RETROCESSOS DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

SILVA, Luís Pedro Rosa da¹; **BOMFIM**, Vanessa Lima²; **PEREIRA**, Wander de Bortoli³

O “*Novo Código Florestal Brasileiro*”, Lei nº 12.651 foi aprovado em 2012 sob inúmeras controversas e críticas, contrapondo-se ainda às recomendações científicas de especialistas da área ambiental. A Nova lei altera mecanismos importantes para conservação dos ecossistemas, tornando-os mais suscetíveis ao desmatamento. Este trabalho objetiva investigar o tema a partir da seguinte questão de pesquisa geral: Há inconstitucionalidade na Lei nº 12.651/2012? Entre os objetivos específicos estão: contrastar os interesses de políticos ruralistas e de representantes do agronegócio com os argumentos de cientistas e especialistas em meio ambiente; verificar quais foram as mudanças e se contribuíram para o aumento do desmatamento; analisar a inconstitucionalidade das alterações. A pesquisa realizada através de metodologias como análise documental e revisão bibliográfica. Espera-se que os resultados possam contribuir para discussão crítica de um tema tão relevante para a sociedade e para preservação de várias formas de vida.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Francisco Maeda – FAFRAM; Membro do Núcleo de Estudos Jurídicos (NEJ) da Faculdade Doutor Francisco Maeda (FAFRAM), São Joaquim da Barra, São Paulo

² Mestra em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP); Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Pós-graduada em Educação Ambiental pela Faculdade São Luís; Pós-graduada em Ciência Ambiental com ênfase em Gestão pela Universidade de Franca (UNIFRAN), São Joaquim da Barra, São Paulo

³ Orientador: Pós-Doutor em Criminologia, Pós-Doutor em História do Direito: Filosofia e Constituição; Doutor e Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Especialista em Direito e Processo do Trabalho, em Direito Público e Filosofia do Direito; Professor da Faculdade de Direito Dr. Francisco Maeda (FAFRAM), Ituverava, São Paulo
